



UMA REALIDADE QUE PREOCUPA

Ninguém desconhece que as práticas nocivas adotadas pela maioria das empresas, em todo o mundo, principalmente as nações ricas, causam sérios danos ao meio ambiente, podendo, inclusive, levar o planeta a um grande colapso. Devido a isso, nos últimos anos, tem havido uma preocupação bastante acentuada, de se dar atenção aos problemas, no sentido de reduzir os efeitos das mudanças climáticas em decorrência do aquecimento global.

A situação é bastante grave. Considere-se, por oportuno, as catástrofes naturais que vêm ocorrendo em várias partes da terra, provocando destruições e número elevado de perdas humanas, haja vista os desastres provocados pelos furacões Katrina e Rita que inundaram a Costa do Golfo dos Estados Unidos, interrompendo o abastecimento de petróleo, gás natural e eletricidade no primeiro choque mundial integrado de energia. As seguradoras sofreram relevantes prejuízos, pois não estavam preparadas para fazer face a tamanhos riscos.

Existem opiniões as mais diversas sobre o crescimento dos desastres naturais provocados pelo próprio homem devido à sua desmesurada ambição de crescer e tirar vantagem de tudo, sem dar a mínima importância a esse tipo de desenvolvimento incontrolável e responsável pelo aquecimento global. A Amazônia, entre nós, é o maior exemplo de insensatez. Essa impressionante região atrai a cobiça dos aventureiros e criminosos.

A idéia que fazemos dela é vê-la associada à devastação da floresta, à contaminação das águas, à extinção da biodiversidade, à degradação dos seus habitantes nativos. Além disso — o que é mais chocante — propagam que o Brasil não tem competência para administrá-la.

A escritora e jornalista canadense, Naomi Klein, declarou há pouco tempo que "o mercado está acomodado a um futuro em que desastres naturais serão cada vez mais freqüentes, um futuro que criará ondas enormes de migração populacional". O momento é bastante oportuno para que todos nós cidadãos do mundo possamos nos unir em busca de ações que dêem ao planeta uma resposta tranquilizadora e confiável, objetivando salvar a biodiversidade e o próprio homem.

A assinatura do Protocolo de Kyoto, em 1997, apresentou metas para limitar a emissão de gases de efeito estufa. No início de 2005, o referido Protocolo finalmente entrou em vigor, trazendo em seu bojo a transação de créditos de carbono. O mercado onde acontecem as negociações chama-se Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. O carbono é uma nova moeda ambiental, cuja transação é feita com o Banco Mundial. Os prognósticos são otimistas e prevêem para até 2012 créditos disponíveis correspondentes a 10% da exigência de redução da poluição. Devido a isso, o preço do carbono, por tonelada, poderá chegar a 12 dólares.

O assunto em evidência tem merecido a atenção cuidadosa do mercado segurador nacional, tanto assim (conforme divulga a Revista de Seguros, edição de abril, maio e junho / 2008), que foi motivo para a realização do Workshop Sustentabilidade no Mercado de Seguros, por iniciativa da FENASEG e do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), em São Paulo. A iniciativa foi a primeira em todo o mundo a abordar essa temática.

O evento foi conduzido pelo vice-presidente da FENASEG, Nilton Molina e pela coordenadora técnica da Câmara de Mudanças Climáticas do CEBDS, Marina Grossi. A palestra "Sustentabilidade Financeira do Mercado Segurador" ficou a cargo de Leo Johnson, mestre em Economia Ambiental pela Universidade de Londres, co-fundador da consultoria Sustainable Finance e consultor para IPC (braço financeiro do Banco Mundial). Ele também conduziu a dinâmica de grupo e a discussão sobre seus resultados.

Diante das mudanças climáticas as seguradoras precisam considerar riscos não-tradicionais como emissão de gás carbônico (CO²). Para Nilton Molina, este é um momento oportuno para discutir a sustentabilidade. "Nosso desafio é decodificar o conceito, entender seus impactos e promover negócios com esse foco no mercado segurador", afirmou. Na opinião de Leo Johnson, os riscos estão em processo de transformação por causa dos fatores externos provocados pelo aquecimento global. "A mudança climática está alterando a maneira como se tomam decisões. É preciso prever riscos com mais cautela e embasamento", disse.

:: CRÉDITO PREOCUPA

Pressão da inflação mundial e as conseqüências da crise norte-americana comprometeram o pagamento das dívidas que as empresas têm umas com as outras nos países europeus e podem ameaçar o crédito das empresas brasileiras, segundo a seguradora de crédito COFACE.

Fernando Blanco, presidente da unidade brasileira da COFACE, afirma que o avanço do crédito, a uma média de 25% ao ano no Brasil, criou uma "tempestade".

Blanco diz que a principal preocupação não é o fato de o crédito ter atingido 36% do PIB (Produto Interno Bruto), mas o perfil dos novos endividados.

"Assusta a situação desses brasileiros -incluindo um mundo de empresas de todos os portes e que nunca tomavam crédito- se a economia breca bruscamente", diz Blanco. O presidente da COFACE se refere à previsão de diversos analistas de que o aumento da taxa de juros promovido pelo Banco Central, com o freio na demanda por produtos e por serviços, trará menos crescimento para as empresas e para a economia do país.

Por enquanto, a alta da inflação e o aperto monetário ainda não fizeram com que as empresas brasileiras deixassem de pagar suas dívidas. No acumulado de janeiro a junho deste ano, a inadimplência das pessoas jurídicas caiu 2,5%, segundo indicador da SERASA.

Blanco avalia, no entanto, que a situação pode mudar se o aperto

monetário no mundo se intensificar e afetar a demanda por commodities, que são os principais produtos na pauta das exportações brasileiras.

A COFACE, que faz o seguro das dívidas que as empresas têm com outras organizações, já rebaixou a nota de avaliação de risco da Espanha, de Portugal, da Dinamarca e dos países bálticos. Blanco afirma que o Reino Unido é o próximo país a sentir de modo mais forte os efeitos da crise.

De acordo com o especialista, os mercados emergentes não ficarão imunes aos efeitos da desaceleração da economia mundial. "Turquia, África do Sul e Vietnã demonstram claros sinais de deterioração econômica", avalia.

O aumento nas cotações internacionais de alimentos, metais e combustíveis beneficiou os países emergentes, inclusive o Brasil, mas Blanco diz temer que esse "componente sorte vá nos abandonar".

(Fonte: Folha de São Paulo, 04/08/08)



:: FÓRUM DE VIDA E PREVIDÊNCIA

As inscrições para o IV Fórum Nacional de Vida e Previdência estão abertas. O evento, organizado pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FENAPREVI), acontecerá entre 27 e 28 de agosto em São Paulo. Entre os principais temas, as macro tendências do setor e a importância dos mercados de previdência e vida para o governo. O IV Fórum recebe também o norte-americano Jay Olshansky, da University of Illinois, que falará sobre longevidade e o impacto do envelhecimento populacional nas

contas públicas.

Outras informações no site www.forumvidaeprevidencia.com.br.





:: LEI SECA

O trânsito brasileiro passa por um momento surpreendente. Enquanto a venda de veículos bate recordes históricos, o número de acidentes cai. Isso graças à nova legislação contra o consumo de álcool pelos motoristas, a Lei 11.705 - a chamada Lei Seca. Segundo o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), a frota brasileira cresceu 8,3%, saltando de 47.272.299 veículos em junho de 2007 para 51.200.120 em junho de 2008. Ao mesmo tempo, pela primeira vez em quatro anos, a Polícia Rodoviária Federal registrou o menor número de mortes em rodovias federais durante o mês de julho, período de férias escolares.

A quantidade de mortos caiu 14,5% em relação à mesma época de 2007. Nos 31 dias do mês, foram registrados 10.500 acidentes, com 530 mortos e 6.005 feridos. No ano anterior, foram contabilizados 10.531 acidentes, 620 mortos e 6.433 feridos. Para o ministro Tarso Genro, da Justiça, a redução dos acidentes deve continuar, já que a fiscalização será intensificada com a colocação de mais três mil homens nas estradas. O aumento de contingente se dará por meio de novas vagas já criadas, para uma seleção por meio de concurso público. "O ministério aguarda apenas a liberação do Ministério do Planejamento para realizar o concurso", garante Tarso.

Saúde Pública - O governo também comemora o impacto positivo da redução dos acidentes de trânsito na saúde pública. A Lei Seca entrou em vigor em 19 de junho deste ano. Apenas um mês após o início de sua aplicação, dados do Ministério da Saúde já mostravam que os resgates do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) tinham diminuído 24% em 14 unidades pesquisadas.

Seguro mais barato - Os ganhos não são apenas na área de Saúde. Com fiscalização efetiva, a Lei Seca já começa a beneficiar o mercado das seguradoras de veículos. Com a redução do número de acidentes causados pelo álcool, os contratos podem ficar até 20% mais baratos nos próximos seis meses, segundo as primeiras avaliações das federações e sindicatos de corretores de seguros.

Pelos cálculos destas entidades, o custo dos seguros é formado em parte pela avaliação de risco de roubo e furto (60%) e em outra parte pelos acidentes (40%) - percentual sobre o qual incidiria a redução de preço ao consumidor final. A queda no preço deve ser aplicada nas renovações de contratos na contratação de seguros novos, o que pode estimular a ampliação da cobertura nacional. No Brasil, apenas 30% da frota tem seguro, informam as seguradoras.

O maior beneficiado é o motorista, lembram as corretoras, pois os contratos das seguradoras costumam conter cláusulas determinando o não-pagamento de cobertura, se a pessoa que dirige estiver bêbada. As empresas de seguro lembram ainda que o número menor de acidentes resultará também em preços mais baixos de seguros de vida e de acidentes. (Fonte: CQCS, 08/08/08)



:: REDUÇÃO DE LUCRO

As principais seguradoras, resseguradoras e corretoras de seguros internacionais estão divulgando redução em seus ganhos do primeiro semestre do ano, afetadas, principalmente, pela volatilidade dos mercados acionários, que provocou perdas na carteira de investimentos e desvalorização de suas ações no mercado. A Principal Financial Group, uma das principais seguradoras dos Estados Unidos na venda de planos empresariais de previdência, registrou queda no lucro disponível para acionistas no primeiro semestre deste ano comparado com o mesmo período do ano anterior, passando de US\$ 560 milhões para US\$ 342 milhões. O faturamento também declinou de US\$ 5,4 bilhões para US\$ 5,1 bilhões, segundo dados financeiros

divulgados pelo grupo.

A Principal, no Brasil, é sócia do Banco do Brasil na BRASILPREV, terceira maior empresa de previdência privada aberta do País. O grupo americano é tido como o principal interessado na compra da participação acionária que o BB acaba de adquirir da Aliança da Bahia na Aliança do Brasil, por R\$ 670 milhões, seguradora especializada em vida e ramos elementares. Segundo fontes do setor, para a Principal entrar na disputa, o BB teria de segmentar os nichos de negócios, fatiando a venda.

Com isso, a Principal ficaria com vida e outra seguradora com ramos elementares, como seguro patrimoniais para empresas, residencial e seguro rural. (Fonte: Gazeta Mercantil, 07/08/08)

:: SEGURO DE TRANSPORTE: OPORTUNIDADE

Dono do segundo maior rebanho de gado bovino do país, Mato Grosso do Sul deve recuperar seu espaço na exportação de carne. Eis aí uma oportunidade excelente para o seguro transporte. As exportações foram praticamente suspensas desde o final de 2005, depois da descoberta de focos de febre aftosa em municípios do sul do estado. Depois de três anos de negociações, a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) voltou a classificar a unidade da federação como área livre de febre aftosa com vacinação.

A decisão foi anunciada na sede da OIE em Paris.

Em Brasília, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, comemorou o reconhecimento do estado. Ele disse que boa parte do rebanho brasileiro está na mesma situação sanitária, o que facilitará o trânsito de animais entre as diversas regiões e a implantação do sistema de rastreamento do gado. O rastreamento é uma das condições exigidas pela União Européia, por exemplo, para importar carne brasileira. (Fonte: Gazeta do Povo, 31/07/08)

:: CHIPS DE IDENTIFICAÇÃO

O Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) definiu a versão final do projeto de implantação de chips de identificação em todos os veículos da frota brasileira e deverá divulgar, nos próximos dias, as especificações técnicas do programa.

O projeto foi adiado sucessivamente nos últimos dois anos, por causa da polêmica entre os fabricantes de sistemas e equipamentos de identificação por radiofrequência sobre o uso de etiquetas com baterias (tag ativa) ou sem elas. O DENATRAN acredita que as primeiras licitações para implantar o projeto nos estados poderão ocorrer nos próximos meses. Por ora, a meta

de instalar os chips em toda a frota nacional até dezembro de 2009 não foi modificada.

A adoção do projeto beneficia não só os Detrans, que poderão ampliar o controle fiscal dos veículos, verificando irregularidades como atraso no pagamento do IPVA, licenciamento e multas. Mas também as seguradoras, visto que este sistema poderá interagir com o Sivivem do Projeto Fronteiras, fornecendo mais informações para a detecção de veículos roubados. Igualmente poderá gerar aumento na arrecadação do DPVAT, visto que, a exemplo do que se espera com o IPVA, tende a reduzir a inadimplência. (Fonte: Fenaseg, 01/08/08)



:: SEGURO RESIDENCIAL

No último sábado, conforme está sendo noticiado nesta edição do Fato Novo, uma casa foi destruída num incêndio provocado por raio.

Era uma boa casa de alvenaria, equipada com móveis e utensílios de qualidade.

De um momento para outro a família proprietária da casa perdeu tudo que havia acumulado em anos de trabalho.

Por ter sido vítima de um assalto anos atrás, o proprietário se interessou em fazer o seguro da casa e foi incluída nele a proteção contra incêndio. Com isto, ele vai receber um valor suficiente para cobrir todos os prejuízos do incêndio.

Um seguro deste tipo, com proteção contra roubo, incêndio e outras perdas, como a motivada por vendaval, custa em torno de R\$ 300,00 ao ano, no caso de uma boa casa como a que foi

destruída pelo raio, em Harmonia.

Isto quer dizer que, para não correr o risco de perder tudo de uma hora para outra, uma família paga em torno de R\$ 25,00 por mês. Sem dúvida, não se trata de um gasto elevado e, por isto, muita gente está fazendo este tipo de seguro.

O residencial é, juntamente com o de automóveis, o seguro que mais pessoas fazem atualmente.

(Fonte: CQCS, 06/08/08)



:: PREVIDÊNCIA

O Brasil está se tornando um país previdente, o que significa que o brasileiro pensa cada vez mais no longo prazo. Destacam-se duas causas para esse fenômeno: o aumento da expectativa de vida e a estabilidade econômico-monetária. Nesse contexto, investir num plano de previdência complementar é opção para as pessoas pensarem, no presente, na realização de um projeto a longo prazo – seja reservando recursos para a aposentadoria, seja para abrir um negócio próprio, realizar uma viagem ou mesmo para concluir um curso superior ou de pós-graduação. Esse é o moderno conceito de previdência complementar: um meio para a viabilização de projetos de vida.

Segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a expectativa de vida do brasileiro em 2006 era de 71,3 anos, face aos 62,6 anos em 1980. E em Goiás, o índice é maior: 73,1 anos. Soma-se a essa notícia a queda na taxa de mortalidade, que reduziu 64% nesse período de 26 anos, além do aumen-

to de escolaridade da população.

É bom viver mais, mas é fundamental viver melhor. E essa é uma escolha que as pessoas podem fazer agora, seja para si mesmas ou para seus dependentes, inclusive a partir do nascimento. Para os pequenos, o mercado de previdência complementar oferece os “planos para menores”, nos quais um adulto – independente do grau de parentesco – realiza contribuições mensais para um beneficiário até que ele complete 21 anos de idade.

Após esse período, o jovem pode usar os recursos acumulados para concretizar um projeto de vida – pagar uma faculdade, comprar um carro ou fazer uma viagem, por exemplo – ou pode continuar a fazer contribuições ao plano. Neste caso, ele pode tornar-se um milionário aos 50 anos: estima-se que, com contribuições mensais de R\$ 280 e imaginando-se ganhos anuais de 6%, uma criança nascida hoje poderá acumular R\$ 1 milhão daqui a meio século. (Fonte: Seguros.inf, 05/08/08)

:: CAPITALIZAÇÃO

A nova regulamentação do mercado de capitalização, anunciada pela SUSEP, foi bem recebida pelo mercado, que resumiu a principal mudança desse segmento em uma palavra: transparência. “Era necessário um marco regulatório para esse setor, que assim vai se tornar mais transparente, com a divisão em quatro modalidades de produto (clássico, popular, compra programada e de incentivo)”, define Hélio Portocarrero, diretor executivo da Federação Nacional das Empresas de Capitalização (FENACAP). As medidas só entram em vigor em 2009, mas o processo para chegar a essa nova regulamentação começou em 2004, quando a Comissão de Capitalização da então FENASEG elaborou uma pesquisa junto a um público formado por consumidores, ex-consumidores e formadores de opinião. O objetivo era verificar a imagem e o entendimento que eles tinham sobre o

mercado de capitalização. “O título de capitalização é, na sua origem, uma forma de se guardar dinheiro e concorrer a sorteios, mas com o passar do tempo ele foi se ajustando e ganhando novas aplicações”, resume Rita Batista, presidente da Comissão de Capitalização naquela época e atual presidente da Comissão de Produtos e Coordenação da FENACAP. “Capitalização é um excelente produto, mas passava uma visão de que todos os tipos de títulos eram iguais, o que confundia o consumidor”, analisa o corretor de seguros, contabilista e professor da Escola Nacional de Seguros, Albano Gonçalves.

Com a nova regulamentação, ele não tem dúvidas de que a finalidade de cada tipo de capitalização vai ficar mais clara tanto para a empresa como para o consumidor, e que com isso o mercado tem tudo para crescer. (Fonte: FUNENSEG, 06/08/08)

